

HETEROGENEIDADE BURGUESA, DEMOCRATIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Katia Aparecida BAPTISTA¹

■ **RESUMO:** Em sua tese de livre docência, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), Fernando Henrique Cardoso discute a participação do empresariado industrial no desenvolvimento econômico do país e fornece elementos para a análise de sua mentalidade, de sua ideologia e de seu comportamento. Procura mostrar que, com raras exceções, não há entre os componentes dessa classe social a propensão de cumprir o papel de uma “burguesia nacional”, capaz de comandar um projeto de desenvolvimento e de disputar a hegemonia política da sociedade. Pelo contrário, em sua atuação haveria quase sempre uma tendência de associação com o capital estrangeiro. Como consequência dessa percepção e de sua experiência na CEPAL depois do golpe militar de 1964, Cardoso efetiva uma mudança de foco acerca das possibilidades do desenvolvimento econômico na América Latina, abrindo-se à consideração de outras dimensões da realidade social e política. Na CEPAL, defronta-se com um acirrado debate e manifesta posição crítica com relação à tese da estagnação econômica, segundo a qual os países periféricos estariam fadados à “pastorização” e ao subdesenvolvimento. Para se contrapor à visão estagnacionista, formula, em parceria com Enzo Faletto e utilizando-se de uma metodologia inovadora, a “teoria da dependência”, que, diferentemente da concepção cepalina e também daquelas representadas por autores como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, afirmava que não havia estagnação, mas sim desenvolvimento, ainda que dependente e associado. Com base nessa leitura do real, além de reivindicar a necessidade da análise da situação concreta de cada país da América

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – São Paulo – Brasil – 14350-800 – katiabaptista@gmail.com

Latina, Cardoso desenvolvia o argumento apresentado anteriormente, centrado na ideia de inexistência de uma burguesia nacional empreendedora e portadora de um projeto político hegemônico, para mostrar que; em seu lugar, teria se constituído um tipo de empresário industrial propenso a desenvolver um conjunto de “reações adaptativas” face à dinâmica do capitalismo mundial. Tal percepção amplia seu ângulo de visão, deslocando-o do foco exclusivo nas questões estruturais para uma valorização da dimensão política, o que lhe permite elaborar uma compreensão do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais, que terá forte impacto na transição democrática. O texto procura acompanhar essa sua ampliação de perspectiva através das obras *O modelo político brasileiro*, de 1972, e *Autoritarismo e democratização*, de 1975, e no conjunto de artigos escritos no jornal *Opinião*.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Fernando Henrique Cardoso. Empresário industrial. Dependência. Autoritarismo. Democratização. Sociedade Civil.

Empresário industrial e possibilidades do capitalismo em contextos dependentes

Fernando Henrique Cardoso, ao criticar as elaborações teóricas das décadas de 1950 e de 1960, acaba realizando uma guinada teórico-conceitual, que se traduz na formulação de uma nova interpretação sobre o Brasil na década de 1970 (LAHUERTA, 2001). Cardoso lança sua hipótese inicial acerca dos limites históricos do empresário industrial brasileiro já em 1963, ao concluir sua tese de livre docência: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Essa proposição será corroborada e aprofundada por suas obras subsequentes.

As análises de Cardoso, desse período, voltam-se às possibilidades de realização de uma burguesia progressista, portadora de um projeto nacional. Sua conclusão é que o empresariado industrial, enquanto classe, com honrosas exceções, não acreditava na política nacionalista e nem possuía um projeto político próprio hegemônico. Com isso, Cardoso procurava apresentar as razões da fragilidade da política populista, de onde se desdobraria o golpe militar.

Nessa perspectiva, já no texto *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, era possível identificar

alguns fundamentos do que, posteriormente, se constituiria na crítica às teses estagnacionistas que, segundo Cardoso, predominavam no pensamento de determinados autores da esquerda revolucionarista como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Como consequência dessas preocupações, após o golpe militar, Cardoso introduz no debate um novo ângulo para pensar a questão da dependência, deslocando o foco analítico das questões estruturais gerais para a necessidade de se compreender as situações concretas e particulares que constituíam a realidade social e política de cada país da América Latina.

Quando sobreveio o golpe de 1964, Cardoso sai do país e acaba se exilando no Chile entre os anos de 1964 e 1967, ingressando na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), onde encontra o suporte teórico para o aprofundamento das análises que vinha desenvolvendo no âmbito da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Desde o início de seus trabalhos na CEPAL, Cardoso manifesta sua posição crítica com relação à temática da estagnação econômica, segundo a qual os países periféricos estariam fadados a não atingir um grau de desenvolvimento econômico capitalista que lhes permitisse concorrer no mercado mundial. Cardoso se lança de corpo e alma nesse debate, contrapondo-se à visão estagnacionista e propondo, juntamente com Enzo Faletto, o que denominaram de “um ensaio de interpretação sociológica” sobre a questão da dependência, publicado como o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALLETO, 1975)².

Diferentemente, não só da concepção cepalina, mas também de autores como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, que se tornaram seus interlocutores, Cardoso recusa as generalizações estruturais e reivindica a análise da situação concreta de dependência de cada país da América Latina.

Essa nova abordagem, proposta por Cardoso (1993), em seus próprios termos:

[...] rompia com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho [...] a ênfase que antes

² Este livro teve sua primeira edição por volta de 1967, no Chile.

era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política (CARDOSO, 1993, p. 19).

A ênfase na particularidade levaria Cardoso e Faletto a se enveredarem por uma abordagem histórico-estrutural da dependência, que se traduziria, contudo, de modo distinto em cada país devido a suas peculiaridades históricas. A situação de dependência nasceria, precisamente, da relação entre países periféricos e centrais, moldando a articulação das classes sociais, da economia e do Estado. Nesse sentido, o desenvolvimento nacional dependeria, principalmente, da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse. Dessa forma, pretendiam substituir a generalidade da teoria estagnacionista por análises de situações concretas de dependência, demonstrando que os países da América Latina estavam diante de uma possibilidade específica de desenvolvimento capitalista: dependente e associado. Tal percepção, ainda que não tenha tido impacto imediato, foi fundamental para fundamentar, durante a década de 1970, a estratégia baseada na defesa da via democrática e da participação política como caminho para derrotar o regime militar.

Como consequência de suas análises e, contrariamente, ao pensamento majoritário entre a esquerda, Cardoso vai considerar como inviável a revolução socialista e posicionar-se, fortemente, em prol da abertura democrática. Contra o Estado repressor e autoritário, resultante de 1964, ele proporá a via democrática como caminho, visando à ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária.

Cardoso legou uma inovação aos estudos sobre a dependência, ao introduzir em suas análises a necessidade de considerar seriamente a dimensão política. Tal opção permitiu-lhe trilhar um caminho que o levou à participação contra o regime militar e à política profissional, garantindo-lhe um papel singular, não só entre a intelectualidade, mas também no âmbito da sociedade civil do país, sustentado pela legitimidade advinda de suas “interpretações do Brasil”. Num certo sentido, sua atuação foi muito além de sua obra, ainda que tenha se nutrido dela, abrindo-lhe a possibilidade de tornar-se um “intelectual

que dirige intelectuais”, por ser representativo da geração de intelectuais, cujos estudos “[...] personificaram momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos sessenta e da incorporação de novos temas à agenda pública” (LAHUERTA, 1999, p. 135).

Se, durante os anos sessenta, a discussão intelectual girou em torno de grandes temas estruturais, como a dependência, a estagnação econômica, o fracasso e as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, isso foi sendo alterado com o recrudescimento da ditadura militar, após o AI-5, em dezembro de 1968. A partir desse período, o debate intelectual foi sendo forçado a se abrir para a questão da especificidade da política. Paulatinamente, os temas propriamente políticos (como a existência, ou não, de um projeto de dominação; o tipo de participação do Estado no desenvolvimento e as possibilidades de instauração da democracia) foram ganhando espaço no debate intelectual e na agenda pública da oposição ao regime militar, repercutindo em todo o subcontinente latino americano. Como apontou Cardoso (1969, p. 16), à época, “[...] a revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência [...] constituem [...] o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana”.

Em sintonia com esse diagnóstico, Cardoso desenvolve estudos sobre a singularidade da formação da “burguesia brasileira” e insiste na ausência de vocação hegemônica por parte dessa classe social, tendo por base não só sua trajetória histórica, mas principalmente sua atuação política nas décadas de 1960 e de 1970.

Cardoso demonstraria que crescimento industrial obtido pela sociedade brasileira entre a década de 1950 e a de 1960, ainda que tivesse possibilitado que a economia atingisse altos índices de desenvolvimento, teria sido o responsável também pela péssima distribuição de renda dos anos setenta. Nesse período, predominava a versão conservadora que fundamentava a política econômica do regime militar e defendia a necessidade que o “bolo” crescesse para, só então, reparti-lo.

Desse modo, à imagem do “milagre econômico” é contraposta a percepção de um país marcado por um desenvolvimento singular que gerava, simultaneamente, graves distorções na distribuição de renda. Nas palavras de Cardoso (1975e), “[...] a maioria paga

o preço de um crescimento que beneficiava a poucos, os quais passaram a ser submetidos a um caminho de industrialização, que foi absorvida apenas por setores restritos da sociedade". Ou seja, o regime militar estava transformando radicalmente a sociedade, na medida em que praticava uma política de "fuga para frente" por meio da aceleração do processo de acumulação capitalista, mas isso se fazia de modo seletivo, com alto índice de desigualdade social e com repressão política.

Nesse contexto, o Estado brasileiro entra em cena como o grande financiador de setores capitalistas, distribuindo subsídios, incentivos fiscais, proteção de mercado, etc. Desse modo, se configura como o responsável por fornecer suporte para os setores atrasados e por garantir lucros para os setores mais dinâmicos da economia, compondo um circuito no qual as inversões estatais para a iniciativa privada se mostram eficazes no estímulo do crescimento econômico do país. O Estado aparece assim como uma força empreendedora, ainda que em grande medida ilusória, distribuindo, sem muita disciplina, os recursos obtidos através de financiamento externo, já que as empresas estatais não auferiam lucros suficientes e os impostos arrecadados não cobriam as inversões que eram por ele realizadas.

Com semelhante política, o governo militar procurava amortecer os conflitos internos, uma vez que não possuía capacidade efetiva de arbitrá-los. Em realidade, "[...] sob a aparência de liderança forte encontrava-se um Estado preso a interesses internos e externos que limitavam e dirigiam sua atuação" (GOLDENSTEIN, 1992, p. 65).

O ponto fundamental para entender essa forma de agir do núcleo civil e militar que controla o Estado está relacionado com a questão das escolhas, ou seja, com a questão política. Para Cardoso (1973), o eixo que organizava o período se se equilibrava numa complexa articulação entre estrutura e conjuntura, na qual, no lugar de partidos políticos reais, funcionavam anéis burocráticos, que ligavam e solidarizavam os interesses dos grupos privados com os setores e empresas do Estado.

Dessa forma, o "desenvolvimento solidário com os monopólios externos", uma das análises apresentadas por Cardoso (1969, p. 184), contribuiria para a falta de ação hegemônica dos grupos nacionais, principalmente, por que os industriais não tinham consciência de classe, mas se moviam por uma lógica particularista e corporativa, que se aproveitava de sua posição

economicamente dominante para identificar seus interesses como se fossem os interesses da nação. Por conseguinte, esses industriais não se apresentavam, subjetivamente, como representantes dos interesses da sociedade, exigindo proteção e concessões do Estado, ao mesmo tempo em que dele se queixavam por sua política clientelística.

Além de caracterizar os industriais enquanto classe social, Cardoso (1969) procura também discorrer sobre sua atuação e suas perspectivas políticas. Para ele, não há uma socialização suficiente entre os vários setores da burguesia industrial, ou seja, mesmo compondo a classe economicamente dominante, seus membros não se sentiam responsáveis pela nação, colocando-se à parte das decisões do governo. O comportamento desses setores se caracterizava pelo individualismo extremado e pelo oportunismo, a fim de tirarem o máximo proveito para suas empresas.

Faltava a essa burguesia um projeto de dominação política, o que não significa afirmar que ela não tivesse clareza acerca de seus interesses econômicos corporativos. Nesse sentido, enquanto classe social, tal burguesia estaria pronta a apoiar qualquer política econômica que lhe parecesse vantajosa. Decorre daí a inteligibilidade da estratégia de atração de capitais estrangeiros para os setores da indústria, que impulsionavam a economia nacional:

[...] qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento [...] acaba apontando um beco sem saída e que [...] a ação dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia a dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, em longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico (CARDOSO, 1972, p. 168).

De tal modo a burguesia industrial se encontrava numa redoma formada por seus interesses particulares, que abdicava de qualquer tentativa de instaurar uma política hegemônica. Esse grupo se contentava em associar-se ao capital estrangeiro como sócio menor, pois em seus horizontes de atuação histórica não se vislumbravam muitas saídas. Uma vez que nunca cogitara a possibilidade de comandar um caminho nacional, só lhe restava

fazer a transformação capitalista necessária, integrando a economia brasileira aos quadros econômicos mundiais. Como diria Cardoso (1971):

[...] na dependência nacional haverá sempre uma base interna da dominação externa (...) como resultado de um processo político-social de formação de alianças e de legitimações que passam a criar solidariedades – em torno evidentemente de núcleos de interesses econômicos comuns – entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas (CARDOSO, 1971, p. 66-67).

O autor explicita melhor essa interpretação no livro *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, de 1971, ao verificar que o problema do Brasil enquanto nação dependente, não se encontrava na ausência circunstancial de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas do fato de não haver condições mínimas de essa classe social ser portadora de um projeto com vocação hegemônica, restando-lhe apenas a opção de desenvolver “reações adaptativas” na esfera política.

Indubitavelmente, tal condição adaptativa parece ter resultado de situações histórico-sociais, que se configuraram anteriormente ao período de sua formação enquanto classe, uma vez que a burguesia industrial nunca teve um projeto nacional consistente, mostrando-se sempre politicamente tímida. Vale a ressalva que isso não significava que ela não fizesse política, todavia, nos termos de Cardoso, tratava-se de uma “política de interesses compartidos” entre grupos nacionais e internacionais.

Diante do exposto, a burguesia industrial historicamente procura adaptar-se à situação de dependência, configurando-se assim a impossibilidade de realizar uma política com vocação hegemônica. Por outro lado, ela buscava desenvolver ideologias que justificassem suas reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para os aspectos econômicos corporativos.

Os interesses, portanto, emergiriam como um fator importante para a articulação da classe, uma vez que, a despeito de seu comportamento acomodatório, em termos políticos, a burguesia industrial procurava escolher seus aliados políticos em função da posição que eles ocupavam no mercado, assim

como através da identificação de interesses comuns, que se ajustassem à dinamização do setor industrial.

Nas palavras de Cardoso, já na década de 1970:

[...] a prática política, a ruína do nacional-populismo, o castrismo, a prática econômica expressa pela penetração dos capitais estrangeiros, teriam posto fim ao conceito e à relevância da 'burguesia nacional'. A partir dessas considerações, passaram a avaliar as burguesias como tigres de papel (CARDOSO, 1975a, p. 126).

Os estudos de Cardoso ultrapassavam assim a mera constatação da situação de dependência e se dirigiam para as possibilidades de desenvolvimento e, também, para a questão da articulação dos interesses políticos. É a partir dessa leitura, que Cardoso vai questionar a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, pois sem classes sociais capazes de colocar em prática um projeto hegemônico, o processo social parecia se desencadear apenas pelo protagonismo dos fatos, o que era característico de contextos de revolução passiva (VIANNA, 1996).

Nessa conjuntura, Cardoso considerou que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, não foi um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, ainda que no contexto de dependência estrutural existisse uma margem de ação restrita, sua atuação mostrar-se-ia mais ou menos eficaz na exata medida em que essa burguesia local fosse capaz de definir um relacionamento virtuoso com as outras classes no jogo do poder.

Desdobramentos da heterogeneidade burguesa sob o Regime Militar

Analisando de forma mais aprofundada os anos em que o regime militar imperou no Brasil, Cardoso faz um exame do sistema autoritário instituído e apresenta a alternativa democrática como o melhor caminho para sua superação, contrapondo-se explicitamente à via revolucionária e à estratégia da luta armada. Do seu ponto de vista, o autoritarismo se legitimaria por meio de estilos de desenvolvimento que, ao propugnarem o crescimento econômico acelerado, geravam concentração de renda e cerceavam a participação por temor da pressão popular

e da conseqüente revolta das massas. A dúvida apresentada, à época, era sobre quem se beneficiaria com as políticas colocadas em prática com esse modelo de desenvolvimento, que se apoiava no tripé Estado, empresa nacional e empresa estrangeira?

Os grupos empresariais passaram a ter uma participação, essencialmente, corporativa, beneficiando-se “automaticamente” do crescimento econômico, ainda que isso não os transformasse em sujeitos do cenário político-estatal. Nesse contexto, ao modelo de desenvolvimento adotado, ou seja, a expansão industrial impulsionada desde o governo de Juscelino Kubitschek, com a internacionalização do mercado, acrescentou-se uma preocupação com o crescimento das exportações. Com isso, a relação centro-periferia se intensificou e, o que antes se caracterizava como uma tendência à divisão do setor produtivo entre Estado, empresa nacional e empresa internacional, acabou por desenhar novas formas de empreendimento. Talvez, a principal inovação tenha sido a associação entre os capitais estatais e os consórcios internacionais, o que abriu novas possibilidades de negociação entre o Estado e as corporações estrangeiras. Essas negociações teriam por objetivo uma maior participação nos lucros das empresas, gerando outras formas de relações imperialistas. Nesse arranjo do cenário nacional, novos atores ganham expressão, como, por exemplo, os setores das forças armadas e a tecnocracia que, até então, por serem essencialmente antipopulistas, estavam excluídos do sistema, mas que, devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário, assumiriam papéis importantes no plano social, como força repressiva, e, no plano administrativo, como força modernizadora.

Cardoso destacava uma dinâmica política comum nos regimes burocrático-autoritários, mas para ressaltar suas especificidades em virtude dos conflitos internos entre as classes e os grupos de poder. “Neste sentido a própria origem histórica dos regimes tão distinta [...] dotava-os de graus diferentes de flexibilidade e de capacidade de persistência diante da pressão de novos grupos sociais” (CARDOSO, 1993, p. 27). No caso do Brasil, que nunca tivera uma efetiva mobilização social contra o reacionarismo político, ainda não se formara uma elite política de base popular, sintonizada com os desafios do país. Pelo contrário, se constituía no país uma elite de poder, fechada, institucionalmente, para formas mais amplas e democráticas de decisão política; uma elite que, ao propor metas sociais, não procurava nem ativar

politicamente a sociedade nem muito menos criar meios para que a informação circulasse entre a massa. Tudo isso com o propósito de se evitar a formação de uma opinião pública ativa, com sérias consequências para a mobilização popular organizada. Em realidade, Cardoso revelava a vigência de uma situação que se apoiava num forte autoritarismo. Em suas palavras:

[...] quando a sociedade começa a mover-se, o regime dela se afasta temeroso de sua ruptura e, apesar da disposição da cúpula para aceitar o 'diálogo', não encontra fórmulas adequadas para fazê-lo. Vê-se 'contestado' e reage intensificando as características autoritárias e burocráticas, ao mesmo tempo em que [...] trata de definir cada vez mais símbolos e objetivos nacionalmente integradores, à condição de que não quebrem a apatia política da massa. Eficiência técnica e apatia política parecem ser os requisitos e talvez mesmo os ideais do regime (CARDOSO, 1993, p. 27).

A repressão instaurada pelo regime militar de 1964, talvez, seja a principal causa que atenua a distância entre a elite política e a intelectualidade, bem como entre as duas e as camadas populares. Revela-se, assim, uma das faces do Estado que seria definida, justamente, pela opressão exercida sobre a população. Além disso, a organização estatal parecia estar voltada para o contentamento de uma clientela e, assim, disposta sempre a ceder às pressões da classe dominante. Nesse sentido, o núcleo que comandava o Estado, além de exercer uma política repressiva, mantinha com vigor sua histórica faceta patrimonialista.

Acrescente-se ao já exposto que o modelo político vigente conformava padrões de comportamento econômico que indicavam não só a persistência da 'dependência estrutural', mas também um forte arrocho salarial e uma reiterada exclusão social. Ou seja, o desenvolvimento capitalista desencadeado permitia gerar altos níveis de concentração de renda, suficientes para dar continuidade ao dinamismo econômico, mas que se revelavam débeis no que se refere às condições de vida da população. Desse modo, estabelece-se um padrão de desenvolvimento capitalista que desconsidera qualquer perspectiva de redução da desigualdade social.

Ou seja, Cardoso tinha clareza dos limites do desenvolvimento dependente e associado, mas percebia também que isso "não significa[va] a impossibilidade histórica de uma alternativa

política" (CARDOSO, 1993). Essa ideia seria reforçada nos dois livros de sua autoria, nos quais reuniu os textos escritos entre 1969 e 1974, *O modelo político brasileiro*, publicado em 1972, e *Autoritarismo e democratização*, publicado em 1975.

David Lehmann, no texto *Da dependência à democracia*, considera que:

[...] talvez Cardoso, ao sustentar a centralidade da ideia de dominação como um 'princípio articulador' [...] tenha trazido à superfície do debate político do Brasil a possibilidade de que uma ação política, mesmo sem fazer parte de estratégias revolucionárias, pudesse levar à democratização do Estado (LEHMANN, 1986, p. 35).

Para Cardoso, a modernização autoritária estava transformando a morfologia da sociedade brasileira, paradoxalmente, criando uma base social capaz de reagir ao Estado autoritário. Essa base seria constituída por aquela parte da massa que se nutria dessas mudanças, alimentava expectativas de ascensão social, mas não conseguia se incorporar plenamente ao setor moderno, já que a participação no processo político estava bloqueada para ela. Nesse sentido, havia em curso uma mudança demográfica e social que tornava essas camadas abertas à perspectiva da democratização do país. Contudo, a possibilidade de passagem dessa base à ação por meio da política dependeria de estratégias concretas.

Ainda sobre o tema da reação ao Estado autoritário, é importante refletir sobre o papel do monopólio da informação e do uso da propaganda no Brasil. Ambas as estratégias asseguravam que se passasse à população uma imagem consensual acerca do regime, quando em realidade ele era marcado por profundas contradições, já que sobrepunha os interesses privados aos da nação, além de reproduzir dentro de si uma luta pelo poder, que resultava da heterogeneidade desses interesses. Dessa forma, observava-se a vigência de uma operação ideológica que procurava manter a imagem de uma sociedade aberta, ainda que, em sua essência, ela se mostrasse politicamente fechada.

No fundo, estava em curso um processo limitado de "revolução econômica burguesa", que inseria a economia nacional nos quadros econômicos mundiais e modernizava a máquina estatal, mas ao preço de aprofundar a situação de dependência, já que a burguesia local, por não ter sido capaz de comandar uma

revolução nacional pela ausência de autonomia tecnológica, teria se limitado a permanecer numa posição subsidiária, centrada no uso intensivo de tecnologias importadas.

[...] foi essa revolução limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários, ampliou os canais de acumulação e, ao mesmo tempo, pôs de lado [...] os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais. (CARDOSO, 1993, p. 71).

Vislumbrava-se, assim, o nascimento de uma base econômica que teria como consequência um novo acordo político entre as classes, mas sem eliminar os conflitos entre os grupos no poder e, também, sem lhes fazer oposição. Após o governo de Castelo Branco, que propunha a 'institucionalização' da revolução, o exército passou a atuar corporativamente, ocupando, crescentemente, o controle do Estado. Originava-se, nesse contexto, um modelo de dominação burocrático-militar assentado em bases economicamente dinâmicas. Com isso, vários setores sociais (militares, empresários; segmentos das classes médias, tecnocráticas e ascendentes, etc.) passaram a acreditar que o autoritarismo era condição crucial para o desenvolvimento econômico, reforçando a interpretação de Cardoso, segundo a qual o regime procurava se legitimar, tendo por base os seus êxitos econômicos. Essas concepções foram sendo paulatinamente questionadas por parcelas da intelectualidade – para o que as teses de Cardoso tiveram papel de destaque –, com a percepção de que o regime militar não era monolítico e que era preciso trabalhar politicamente com os conflitos internos entre classes e grupos de poder. Seria exatamente esse tipo de contradição que exigiria a adoção da via democrática como caminho para se derrotar o regime militar no país, com foco na defesa dos ideais básicos de liberdade.

[...] normativamente, entretanto, se o Estado for pensado sem contrapesos [...] o autoritarismo burocrático se implantará reduzindo a participação política das classes dominadas a um ritual, e transformando as questões políticas básicas em 'questões de Estado', por isso mesmo sigilosas (CARDOSO, 1975a, p. 186).

Para muitos intérpretes, a história política brasileira parecia caminhar de mãos dadas com a truculência fascista, como se estivesse reservado à democracia apenas um lugar imaginário. Respondendo a essas proposições, Cardoso frisava que o caráter do regime era o autoritarismo, não sendo apropriado caracterizá-lo nem com o qualificativo de totalitário nem, muito menos, com o de fascista.³ Em sua visão, os autores que assim o faziam estavam equivocados⁴, já que não havia um sistema de partido único no Brasil e o regime militar procurava manter uma fachada institucional dotada de certo pluralismo. Além disso, era preciso também atentar para uma dimensão fundamental: as elites brasileiras, apesar de se organizarem corporativamente, não aspiravam obter legitimação popular. Por um lado, ficava inviabilizada a evolução de formas propriamente totalitárias de organização da sociedade, por outro lado, se acentuava o autoritarismo que provocava a apatia das massas.

O regime autoritário se caracterizava também como um regime de empresas, como enfatizou Cardoso ao discutir o “modelo político brasileiro”. Dessa maneira, se analisarmos a classe dirigente, representada no Estado burocrático, veremos que este é a expressão plena da “organização empresarial”, pois devido à “simbiose entre os interesses da grande empresa e os do Estado, ele mesmo torna-se um empresário” (CARDOSO, 1993, p. 46). Dentro do aparelho do Estado, Cardoso destacava também, a formação de “anéis burocráticos”, que permitiam a articulação política tanto das empresas públicas, quanto das forças econômicas privadas, influenciando nas decisões do Estado⁵. Decorre disso,

[...] esta peculiar articulação entre o sistema de decisões político-administrativo e o das decisões político-econômicas garantiu um papel de relevo para o mundo das empresas, privadas e públicas,

³ A posição de Cardoso é indicativa de um contraponto com a obra de Hélio Jaguaribe.

⁴ Decorre desse tipo de preocupação sua crítica a Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

⁵ É necessário ressaltar que tais anéis burocráticos nada mais foram do que a forma encontrada pelo regime militar para permitir a inclusão dos interesses privados em seu meio. “Note-se que não se trata de lobbies”: esta afirmação Cardoso faz tanto em *Autoritarismo e democratização* (p.208), como no *O modelo político brasileiro* (p.99). Lobbies são instrumentos de pressão de sociedades mais desenvolvidas, dotados de racionalidade na definição de objetivos e meios. Já os anéis burocráticos não comportam, necessariamente, interesses homogêneos, mas um único interesse específico que pode reunir um ‘círculo de interessados’. Ao contrário do lobby, os anéis não tratam apenas de interesses econômicos, funcionando como um instrumento de articulação na esfera política que possibilitou às empresas privadas e públicas terem acesso indireto às decisões do Estado. A consequência disso é que no lugar dos partidos ganharam projeção os “anéis burocráticos”.

dando ao regime, neste aspecto, uma conotação de pluralismo relativo que dificulta sua caracterização como totalitário [...] (CARDOSO, 1975a, p. 207).

Como indicou Cardoso, o que predominara no Brasil era uma “ideologia de Estado” que teria contribuído para a desarticulação ideológica das massas. No entanto, o Estado vigente era também contraditório, pois, se alimentava a ilusão do consenso, ao se apresentar como o defensor dos “interesses gerais” da nação, reprimia duramente as correntes de opinião discordantes. Não à toa, utilizou-se do autoritarismo crescente que, além de desmontar o sistema partidário que vigorava no país desde 1946, liquidou a representação política da classe trabalhadora e inseriu no cerne da arena pública as forças armadas e as empresas privadas.

A inexistência de efetivos partidos políticos impedia a expressão dos interesses dos menos favorecidos. A “integração social”, então existente, condenava “a sociedade brasileira a viver numa espécie de simulacro de uma ‘sociedade opulenta de consumo’” (CARDOSO, 1975a, p. 85). A sociedade brasileira, através dos meios de comunicação de massa, sofria as influências de um tipo de propaganda que não se voltava à mobilização por melhoria das condições de vida da população, mas apenas ao estímulo constante e inconsequente do consumo.

Ao se enveredar por uma abordagem sobre o Estado, a política e os movimentos sociais, Cardoso caracterizou o regime militar como autoritário-burocrático e, também, disseminador de um pseudoconsenso nacional, que através do monopólio da informação conseguia manter a apatia das massas excluídas do processo político. E, uma vez que no lugar de partidos efetivos operavam “anéis burocráticos”, constituídos através da articulação entre empresas públicas e privadas, a maioria da população permanecia sem representação política e, conseqüentemente, não tinha meios para expressar seus interesses.

Ao analisar tal contexto, Cardoso apresentou como única alternativa para a superação do Estado autoritário a emergência da democracia, através da participação política, adotando um encaminhamento que descartava qualquer concessão ao que chamava de “os mitos da oposição”. Para haver participação política seria preciso compreender a necessidade de legitimar

o conflito, o que colocava, por sua vez, a questão decisiva do reconhecimento da diversidade dos interesses que estavam emergindo na sociedade, possibilitando, assim, a discussão dentro do processo político.

Diante do exposto ao longo deste artigo, fica claro que os estudos de Cardoso ultrapassavam a simples constatação da situação de dependência. Ele inovava ao deslocar seu foco analítico de questões estruturais para trabalhar com a dimensão política e, ao enfatizar a necessidade do fortalecimento da sociedade civil, enquanto um “[...] caminho para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira” (LAHUERTA, 2001, p. 71).

A democratização necessária e a reativação da sociedade civil

A primeira metade da década de setenta é o momento áureo da geração de intelectuais⁶, da qual Cardoso foi um dos expoentes, que, após sofrer um processo de aposentadoria compulsória, funda o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), cuja fonte de financiamento inicial provinha da Fundação Ford (LAHUERTA, 1999). De 1970 a 1978, o CEBRAP adquire grande influência intelectual e política, ao realizar pesquisas cujos temas e abordagens procuravam legitimar a importância das Ciências Sociais para o desenvolvimento do país. Pelas próprias circunstâncias em que esses intelectuais foram obrigados a desenvolver o seu trabalho, o CEBRAP tornar-se-ia o principal símbolo de que, no contexto de castração das liberdades, a ciência não poderia ignorar a política.

Durante os anos setenta, o foco da análise do CEBRAP voltou-se para o desvendamento da natureza do regime autoritário no Brasil. Com essa finalidade, tanto as hipóteses estagnacionistas quanto as análises dualistas sobre a sociedade foram sistematicamente criticadas por seus intelectuais. Nesse movimento teórico político,

Fernando Henrique, mais uma vez, teria papel de destaque no questionamento de teses consagradas: primeiramente com a

⁶ Em abril de 1969, além de Fernando Henrique Cardoso, também foram aposentados compulsoriamente Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paul Singer, José Arthur Giannotti, etc. Esse grupo de intelectuais, ao se encontrar afastado de suas atividades acadêmicas, juntamente com intelectuais que vinham de outras experiências intelectuais, fundou o CEBRAP (LAHUERTA, 1999).

formulação da “teoria da dependência”; depois com a aceitação do caráter modernizador do ponto de vista econômico do regime militar (ainda que tomando todas as precauções retóricas para não ser mal compreendido, ele chega a qualificá-lo como “revolucionário em termos econômicos”); por fim, com a formulação da teoria do autoritarismo, que impunha o primado conceitual e o protagonismo político da sociedade civil (LAHUERTA, 2001, p. 73).

A partir de 1972, além de trabalhar no CEBRAP, Cardoso passou a escrever para o jornal *Opinião*, um veículo que surgia como alternativa à imprensa diária, apresentando uma perspectiva moderna e participativa, e propondo-se a ser um espaço de acolhimento daqueles que, por várias razões, estavam impedidos de exercer uma atividade pública, fossem esses jornalistas profissionais ou intelectuais de formação acadêmica. Esse jornal, um semanário que circulou de 1972 até 1976, possibilitou a comunicação entre a *intelligentsia* e a dinâmica político-partidária, bem como a passagem de muitos intelectuais para a esfera política profissional. Este seria o caso de Cardoso, um cientista social de profissão, que acaba sendo lançado, por uma sublegenda do MDB, como candidato ao Senado, no ano de 1978.

Os colaboradores do jornal *Opinião*, além de jornalistas profissionais, eram cientistas sociais, filósofos, economistas, etc., geralmente com postura oposicionista, oriundos das universidades públicas de São Paulo, principalmente, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP), além de pertencentes ao CEBRAP. Dentre eles, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e outros. Somente por volta do início de 1975, a intelectualidade carioca passaria a contribuir de modo mais efetivo no semanário. Muitos dos intelectuais que se dedicaram a escrever artigos para o *Opinião* entraram, definitivamente, na vida política e abandonaram suas atividades acadêmicas.

O *Opinião* possibilitou a comunicação entre os intelectuais acadêmicos, que passaram a tornar públicas suas posições, e a parcela esclarecida da opinião pública, especialmente universitária, que não contava com um veículo com essas características culturais e políticas. Foi notável a maneira como os artigos de Cardoso conseguiram representar, de modo claro e direto, suas teses acadêmicas e formulações teóricas. Tais artigos

apresentaram suas críticas às interpretações estagnacionistas, os preceitos sobre a “teoria da dependência”; a ausência de uma política hegemônica por parte da burguesia, os mitos da oposição, dentre eles o da luta armada. Seus textos também contribuíram para apresentar de modo sistemático a transformação silenciosa pela qual passava a sociedade brasileira, permitindo-lhe assim introduzir a urgência da democratização e a necessidade premente da participação política institucional, inclusive com a valorização do MDB como instrumento de luta pela democracia.

Nesses artigos, Cardoso não só se mostrava capaz de transpor as barreiras próprias da linguagem acadêmica, como entrava de chofre na discussão sobre as consequências práticas das interpretações sobre o Brasil e sobre o seu lugar no sistema capitalista internacional. Compreende-se, portanto, a tensa interlocução, no mais das vezes implícita, que ele mantém com as teses de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, ao longo de seus artigos. Tomando como exemplo os textos *Os mitos da oposição I e II*⁷, publicados em 1973, Cardoso, além de censurar o nacionalismo e o desenvolvimentismo, como componentes da ideologia do Estado, critica duramente as teses estagnacionistas.

[...] a cara da realidade foi se desenhando por trás dos mitos. Em vez de estagnação, desenvolvimento. Em vez de domínio do setor público, associação crescente entre o Estado, as empresas multinacionais (os velhos trustes mudaram de nome e, às vezes, até de política) e empresariado local. Em vez de imobilismo social, uma “sociedade aberta”, onde a mobilidade social se não é o pão nosso de cada dia é o credo das aspirações de muitos. Tudo isso, naturalmente, num quadro de repressão política e de discriminação de amplos setores sociais [...] (CARDOSO, 1973, p. 6).

A partir do exposto, nota-se que a análise de Cardoso tem sempre presente o tema da dependência, retomando sempre a ideia de que o que resta a um país subdesenvolvido, inserido em um mundo de economias internacionalizadas, é a construção de um capitalismo dependente que tende a realizar-se como uma espécie de “[...] simulacro da sociedade de consumo de massas” (CARDOSO, 1973, s/p). Tendência esta que, apesar de contraditória, não deixa de ser real gerando não só “fome de

⁷ De acordo com Maria Herminia, este artigo representa o melhor exemplo de transformação da discussão acadêmica em matéria jornalística (ALMEIDA, 1992).

consumo”, como também a “esperança da realização pessoal pela via da mobilidade” (CARDOSO, 1973, p. 7).

Nesse contexto, as análises de Cardoso mostravam como as oposições ainda estavam presas a concepções permeadas pelos mitos da revolução, da estagnação econômica e do imobilismo social. O caminho para a democracia deveria ter como ponto de partida as aspirações da massa, contudo, era preciso demonstrar a dificuldade de atendê-las, à época, diante da situação social, definindo as condições a partir das quais a participação política poderia se dar.

Talvez, essas ponderações de Cardoso tivessem o intuito de chamar a atenção das oposições para aquilo que, em sua visão, precisava de fato ser analisado, ou seja, os problemas concretos, reais, da sociedade brasileira. Em *Os mitos da oposição II*, assinalaria:

[...] há a ideia de uma apatia política da sociedade brasileira, contudo, em vez de postular tal apatia, pareceria mais correto sacudir o beatismo dessa concepção política e, vendo os fatos, perguntar o que move politicamente a sociedade. Só diante de alternativas viáveis, e postas frente a ela, a massa pode deixar de ser o que num dado momento é, massa apática, para transformar-se no oposto: em massa reivindicante (CARDOSO, 1973a, s/p).

Ao defender a instauração da democracia como uma opção real para o regime autoritário, Cardoso descartava não só a ideia de via revolucionária proposta por Marini e por Santos, mas também a leitura catastrofista que faziam da realidade capitalista. Nessa linha, procurava discorrer sobre a urgência de abertura do sistema político e propunha que fossem restabelecidos, em primeiro lugar, os direitos civis e a livre circulação das informações, pois tinha clareza que a discussão sobre as formas de organização política só poderia ser realizada posteriormente.

Tal discussão foi introduzida no debate intelectual por meio do artigo “O exercício da Abertura”, redigido em 1974, sendo constantemente reiterada em seus artigos subsequentes. Ao abordar a questão da democracia em diálogo com o tema da representação, Cardoso afirmava que não era possível propor soluções para os problemas de base da sociedade sem refletir sobre as possibilidades de gestão da democracia. Segundo sua

argumentação, o governo tinha responsabilidade na abertura política, já que a apresentara à sociedade como a melhor estratégia para superar o regime autoritário. Assim, caberia a ele (governo) garantir a livre participação e aceitar que a oposição pudesse atuar de forma mais efetiva. Essa reflexão teria importância decisiva no redirecionamento político de setores da classe média ilustrada (intelectuais, artistas, profissionais liberais e estudantes) no sentido de uma atuação mais efetiva na luta pela democratização.

Embora defensor de tais ideias, seus diagnósticos nem sempre pareceram muito otimistas quanto à possibilidade de realizá-las, como pode ser notado no texto “O Presidente e os partidos”, de 1974. Neste artigo, concluiu: “[...] O consolo seria ver, um dia, a rara coincidência de aspirações democráticas dos que estiveram do lado de cá do muro do poder com as práticas institucionais dos que controlavam as rédeas do governo” (CARDOSO, 1974, p. 6).

A preocupação com a economia foi outro tema abordado constantemente por Cardoso, desde o clássico escrito junto com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Discutindo o modelo de dependência predominante no Brasil, no texto “As multinacionais e a democratização”, Cardoso afirma que:

[...] a desarticulação prevalecente no setor estatal de nossa economia, que leva as empresas do Estado a serem grandes importadores de equipamento, a penetração das multinacionais em posição oligopólica na área vital de produção de bens de capital, etc [...] são problemas que mostram a vulnerabilidade essencial de um estilo de desenvolvimento econômico que, além de acentuar as desigualdades, é também dependente (CARDOSO, 1975d, p. 9).

Em vários de seus artigos sobre o MDB, o partido da oposição à época, Cardoso, situando-se como opositor ao governo, tratou das possibilidades de atuação que a oposição tinha e teria nos anos subsequentes. Para ele, ainda que a oposição não tivesse como vencer no imediato, ela tinha a missão de lutar, assumindo posições diante do quadro político-institucional e correndo riscos, uma vez que o Estado, autoritário e burocrático, gerava controles políticos capazes de produzir um tipo de “mentalidade dócil” e eficiente nas elites do poder.

Cardoso enfatizava que o instrumento básico para a concentração de poder desse Estado era o monopólio da informação e que sua articulação se dava por meio dos “anéis burocráticos”. Com isso, sinalizava para a fragilidade do sistema representativo, cujas formas de participação política precisavam ser ampliadas a fim de se chegar a alternativas concretas, através da mobilização das forças sociais que o próprio processo de modernização conservadora estava criando.

A partir de 1974, nota-se que o tema da democracia passa a predominar em seus textos. Sobre essa temática, ao contrário de outros intelectuais, como Florestan Fernandes, Cardoso aposta na urgência de se desenvolver uma estratégia efetiva de democratização, ainda que nos marcos do regime militar. Tanto no livro *Autoritarismo e democratização* quanto no artigo “Reforma Partidária?”, de 1975, reitera que o Brasil não precisava de fórmulas ou modelos, mas de liberdade, a fim de alcançar:

[...] um estágio de desenvolvimento do conflito político que fosse a expressão do choque de interesses sociais e que pudesse viabilizar mecanismos de convivência política que escapassem do embuste consensual, sem derivar para o simples arbítrio de grupos (CARDOSO, 1975c, p. 6).

Ao discutir a respeito da gestão democrática, Cardoso apontou a necessidade de se criar um clima de liberdade e de respeito no país, no qual os conflitos pudessem começar a ser encaminhados de forma construtiva. Nessa linha, vai tecer também duras críticas ao bipartidarismo, destacando o “sufocamento que significa(va) para a política brasileira reunir todas as tendências nas duas legendas existentes”, o MDB e a ARENA. Aprofundando o debate, defenderia ainda que a necessária reforma partidária fosse acompanhada de pressão e de organização dos interesses da sociedade civil.

O tema da democracia retornou no texto “Além do debate”, de 1975. Nele, Cardoso (1975f) discorreu sobre a incerteza em saber como compatibilizar os interesses do Estado com os da nação, já que esta possuía uma heterogeneidade expressa por sua própria composição: classe produtora, população agrícola, técnicos, intelectuais, funcionários, empregados. Para ele, haveria duas possibilidades diante da tendência político-social brasileira: ou se fechava ainda mais o sistema, e fechá-lo significaria

inviabilizar a própria abertura democrática; ou se aprofundava a luta pela democracia, e corria-se o risco de constatar se os projetos criados pelo Estado correspondiam (ou não) aos reais interesses e desejos da nação.

Nos artigos escritos para o jornal *Opinião*, Cardoso realizou uma síntese do cenário político brasileiro, apresentando suas posições sobre o caráter do Estado (definido como autoritário e burocrático) e sobre a situação econômica do país (caracterizada por um desenvolvimento capitalista, associado e dependente).

Ademais, as atuações de Cardoso no jornal *Opinião* e no CEBRAP foram representativas de sua transição temática, ou seja, da crítica feita por ele ao autoritarismo sob o regime militar. Essa crítica enfatizou o fortalecimento da sociedade civil, assim como a instauração de um regime democrático-representativo, através de estratégias de ação política voltadas para a construção de um sistema partidário que fosse expressão dos diferentes interesses que haviam emergido na sociedade brasileira.

Considerações finais

Partindo das obras analisadas no presente artigo, é possível apontar que para Cardoso as situações de dependência, decorrentes da dinâmica mais geral do sistema capitalista, longe de impedirem o desenvolvimento, criaram possibilidades para que ele se efetivasse através de distintas formas de associação entre o Estado, os capitais nacionais e os estrangeiros. Tais possibilidades, contudo, não decorreram de escolhas voluntaristas, mas foram efetivadas através de um movimento do real que definiu caminhos peculiares a cada nação da América Latina, segundo seus pressupostos históricos particulares. Nesse sentido, procurando ir além das explicações excessivamente estruturalistas, os países latino-americanos não deveriam ser tomados como uma unidade homogênea, tampouco obrigados a adotar “fórmulas únicas” para a superação de seus problemas, como sugeriam o CEPAL e os críticos à esquerda da dependência. Nesse sentido, é que Cardoso critica duramente não só a perspectiva cepalina como também as posições de Ruy Mauro Marini e de Theotônio dos Santos, pois em suas obras a dependência aparece como uma condição estrutural necessária à reprodução do capitalismo mundial que só poderia ser rompida pela revolução socialista. Exatamente por descrever das proposições românticas ou

utópicas, que apontavam para a construção do futuro sem base na história real, Cardoso não via nenhuma perspectiva para uma solução revolucionária e socialista.

Acompanhando a trajetória de Cardoso, aqui exposta, é possível compreender as razões que possibilitaram que suas interpretações obtivessem legitimidade intelectual e aceitação política. Num certo sentido, foram as circunstâncias ditatoriais, num contexto de capitalismo dependente, que lhe abriram as portas para a vida política, permitido que ele se tornasse “maior que sua própria obra” (LAHUERTA, 2001). Dessa forma, além de vencer o debate teórico com os dependentistas revolucionários, Cardoso colocou no ostracismo muitas das teses que haviam orientado a geração anterior ao golpe de 1964 (chamadas por ele de “mitos da oposição”). Com isso, de um lado, contribuiu decisivamente para que se ampliassem as perspectivas de luta contra a ditadura, ao valorizar a política e a democracia, mas, de outro, foi o grande responsável pelo obscurecimento intelectual de interpretações que haviam orientado a luta anticapitalista nos países da América Latina.

BAPTISTA, K. A. Bourgeois heterogeneity, democratization and civil society in Fernando Henrique Cardoso. *Perspectivas*, São Paulo, v.46, p. 217-241, jul-dez, 2015.

■ **ABSTRACT:** *In his habilitation thesis *Industrial entrepreneur and economic development in Brazil* (1963), Fernando Henrique Cardoso discusses the participation of industrial entrepreneurs in the economic development of the country and provides elements for the analysis of their mentality, ideology and behavior. He tries to show that, with rare exceptions, there is no tendency among the members of this social class to fulfill the role of a “national bourgeoisie” capable of leading a development project and contesting the political hegemony of society. On the contrary, on its performance there would almost always be a tendency of association with foreign capital. As a consequence of this perception and his experience in CEPAL (Economic Commission for Latin America) after the military coup of 1964, Cardoso made a change of focus about the possibilities of economic development in Latin America, opening up to the consideration of other dimensions of social and political reality. At CEPAL he faces a heated debate and shows a critical position regarding the thesis of economic stagnation, according to which the peripheral countries would be doomed to “pastoralization”*

and underdevelopment. To oppose the stagnationist view, he formulates, in partnership with Enzo Faletto and using an innovative methodology, the “dependency theory”, which, unlike the cepaline conception and also those represented by authors such as Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini and André Gunder Frank, affirmed that there was no stagnation, but development, although a dependent and associated one. Based on this reading of the real, in addition to claiming the need to analyze the concrete situation of each Latin American country, Cardoso developed the argument presented above, centered on the idea of the inexistence of an entrepreneurial national bourgeoisie and a hegemonic political project, showing that, in its place, a different type of industrial entrepreneur had been built, which was prone to develop a set of “adaptive reactions” to the dynamics of world capitalism. Such perception broadens his angle of view, shifting it from the exclusive focus on structural issues to an appreciation of the political dimension, which allows it to elaborate an understanding of the State, the civil society and the social movements, which will have a strong impact on the democratic transition. The text seeks to follow this widening of perspective through the works *The Brazilian political model* (1972) and *Authoritarianism and democratization* (1975) and in the set of articles written to *Opinião newspaper*.

■ **Keywords:** Fernando Henrique Cardoso. Industrial entrepreneur. Dependence. Authoritarianism. Democratization. Civil Society.

Referências

ALMEIDA, M. H. T. *Tomando partido, formando opinião*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

CARDOSO, F. H. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1971.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. Os mitos da oposição I. *Jornal Opinião*, n.16, 1973a.

_____. Os mitos da oposição II. *Jornal Opinião*, n.22, 1973b.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

_____. O projeto institucional e o povo. *Jornal Opinião*, n.113, 1975b.

_____. Reforma partidária? *Jornal Opinião*, n.126, 1975c.

_____. As multinacionais e a democratização. *Jornal Opinião*, n.130, 1975d.

_____. Opções fundamentais. *Jornal Opinião*, n.137, 1975e.

_____. Além do debate. *Jornal Opinião*, n.143, 1975f.

_____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 5ª edição, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL: tempo de ditadura*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 14/15, 2001– Semestral, p. 56-93.

LEHMANN, D. Cardoso: da dependência à democracia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 14, p. 31-36, fev.86.

VIANNA, L. J. W., *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

